



Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Porto do Açú Operações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto do Açú Operações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto do Açú Operações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de março de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

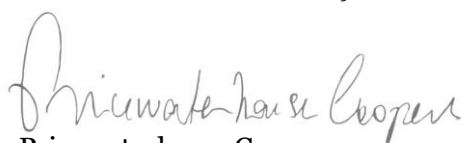
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Porto do Açu Operações S.A.

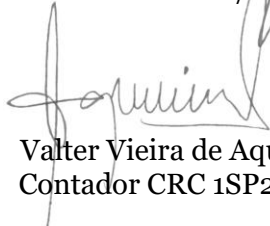
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	176.747	74.859	177.909	74.955
Depósito bancário vinculado	6	3	-	3	-
Clientes Gerais	7	69.114	47.302	69.308	47.465
Clientes – Partes Relacionadas	7 e 19	1.192	773	1.837	923
Caixa restrito – Operação Virgo	6	2.218	2.000	2.218	2.000
Despesas antecipadas		1.308	4.068	1.319	4.068
Impostos a recuperar	8	3.371	623	3.784	1.197
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	15.223	4.263	15.240	4.263
Estoques		5.543	5.854	5.543	5.854
Partes relacionadas – outras contas a receber	19	941	57.508	342	57.499
Outros valores a receber		14.647	4.565	14.983	4.591
Total do Ativo Circulante		290.307	201.815	292.486	202.815
Não circulante					
Clientes Gerais - LP	7	158.060	147.194	158.060	147.194
Clientes – Partes Relacionadas LP	7 e 19	82.973	85.515	82.973	85.515
Depósitos bancários vinculados	6	3.447	3.408	3.447	3.408
Depósitos restituíveis	10	47.853	51.396	47.853	51.396
Depósitos judiciais	11	16.120	15.258	16.120	15.258
Impostos a recuperar	8	1.003	1.093	1.003	1.093
Partes relacionadas – outras contas a receber	19	695.763	593.136	695.763	593.136
Créditos com terceiros LP	13	68.682	68.682	68.682	68.682
Outras Contas a receber - LP		7.070	7.893	8.604	9.259
Debêntures	12	654.809	654.809	654.809	654.809
Total Realizável a Longo Prazo		1.735.780	1.628.384	1.737.314	1.629.750
Investimentos	14	116.250	112.898	18.010	14.248
Propriedades para investimento	15	450.006	450.006	529.817	529.817
Imobilizado	16	2.518.577	2.542.674	2.535.397	2.559.396
Intangível	17	2.725	2.398	2.725	2.398
Direito de Uso	18	4.599	9.871	4.599	9.871
Total do Ativo Não Circulante		4.827.937	4.746.231	4.827.862	4.745.480
Total do Ativo		5.118.244	4.948.046	5.120.348	4.948.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores Gerais	22	61.112	40.486	63.839	41.477
Salários e encargos a pagar		39.628	32.038	39.628	32.038
Impostos e contribuições a recolher	21	5.593	4.309	5.679	4.444
Passivos de arrendamento	18	1.874	5.429	1.874	5.429
Cessão de recebível securitizado	20	35.729	24.514	35.729	24.514
Partes relacionadas – contas a pagar	19	9.377	4.040	8.871	3.557
Adiantamento de clientes		350	627	350	627
Outros		380	-	380	-
		154.043	111.443	156.350	112.086
Não circulante					
Impostos e contribuições a recolher	21	87.144	31.820	87.144	31.820
Cessão de recebível securitizado	20	848.352	763.306	848.352	763.306
Passivos de arrendamento	18	3.517	5.472	3.517	5.472
Provisão para contingências	23	16.365	14.259	16.365	14.259
Provisão para perdas em investimentos	14	852	853	-	-
Outros passivos		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		956.230	815.710	955.862	815.341
Patrimônio líquido	24				
Capital social	24	9.655.967	9.691.941	9.655.967	9.691.941
Reservas de capital	24	21.595	21.597	21.595	21.597
Prejuízos acumulados		(5.669.591)	(5.692.645)	(5.669.570)	(5.692.645)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		4.007.971	4.020.893	4.007.992	4.020.893
Participação de acionistas não controladores		-	-	144	(25)
Total do patrimônio líquido		4.007.971	4.020.893	4.008.136	4.020.868
Total do passivo e patrimônio líquido		5.118.244	4.948.046	5.120.348	4.948.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	25	640.470	487.574	645.595	490.762
Custo dos serviços prestados	26	(340.066)	(299.245)	(344.502)	(304.141)
Lucro bruto		300.404	188.329	301.093	186.621
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(150.624)	(146.150)	(153.137)	(141.244)
Reversão/(Provisão) perdas	7 e 19	(11.828)	(278)	(11.932)	(278)
Reversão/(Provisão) de ativos ("impairment")	16	-	34.825	-	34.825
Outras receitas operacionais		8.985	4.290	9.000	4.290
Outras despesas operacionais	28	(51.861)	(1.546)	(52.380)	(1.548)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(1.192)	(2.050)	1.432	318
Receitas (despesas) operacionais		(206.520)	(110.909)	(207.017)	(103.637)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		93.884	77.420	94.076	82.984
Receitas financeiras	29	81.663	61.401	81.690	61.417
Despesas financeiras	29	(132.495)	(560.997)	(132.693)	(561.176)
Resultado financeiro	29	(50.832)	(499.596)	(51.003)	(499.759)
Resultado antes dos impostos		43.055	(422.176)	43.074	(416.775)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(17.889)	-	(17.889)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(2.109)	2.109	(2.109)	2.109
Total de imposto de renda e contribuição social		(19.998)	2.109	(19.998)	(2.109)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		23.054	(420.067)	23.075	(414.666)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		23.054	(420.067)	23.063	(414.655)
Acionistas não controladores		-	-	12	(11)
Resultado por Ação – R\$	30	0,01953	(0,43161)	0,01954	(0,42605)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	23.054	(420.067)	23.075	(414.666)
Total dos resultados abrangentes do exercício	23.054	(420.067)	23.075	(414.666)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	23.054	(420.067)	23.063	(414.655)
Acionistas não controladores	-	-	12	(11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital				Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS	Total Patrimônio líquido consolidado	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
		Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas						
Saldo em 1º de janeiro de 2024	4.385.484	20.159	225.400	1.370	70	(5.272.578)	(640.095)	(3.064)	(643.159)	182	(642.977)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(420.067)	(420.067)	5.412	(414.655)	(11)	(414.666)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.348)	2.348	(196)	(2.544)
Aumento de capital – nota explicativa nº 24a	5.310.057	-	(225.400)	-	-	-	5.084.657	-	5.084.657	-	5.084.657
Redução de capital – nota explicativa nº 24a	(3.600)	-	-	-	-	-	(3.600)	-	(3.600)	-	(3.600)
Variação percentual na participação de investidas	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.691.941	20.159	-	1.370	68	(5.692.645)	4.020.893	-	4.020.893	(25)	4.020.868
Saldo em 1º de janeiro de 2025	9.691.941	20.159	-	1.370	68	(5.692.645)	4.020.893	-	4.020.893	(25)	4.020.868
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.054	23.054	-	23.054	-	23.054
Outros	-	-	-	-	-	-	-	21	21	-	21
Redução de capital – nota explicativa nº 24a	(35.974)	-	-	-	-	-	(35.974)	-	(35.974)	-	(35.974)
Variação percentual na participação de investidas	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)	169	167
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.655.967	20.159	-	1.370	66	(5.669.591)	4.007.971	21	4.007.992	144	4.008.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos		43.055	(422.176)	43.074	(416.775)
Ajustes de itens de resultado que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	16 e 17	148.352	164.777	148.850	159.554
Amortização direito de uso	18, 26, 27 e 32	6.279	7.786	6.279	7.815
Amortização custo de transação	20 e 29	863	193.660	863	193.660
Resultado de equivalência patrimonial	14	1.192	251	(1.433)	(2.117)
Variação percentual sobre venda de investimento em controlada		-	1.800	1	1.800
(Reversão) de Impairment	16	-	(34.825)	-	(34.825)
Venda de ativos imobilizados	16 e 17	687	1.433	1.191	2.538
Provisão para perda sobre recebíveis	6 e 7	817	142	921	142
Provisão para perda – venda API	19	12.023	-	12.023	-
Variação monetária e juros - outros	29	(1.571)	(54.916)	(1.571)	(54.915)
Variação monetária e juros - empréstimos	29	120.012	232.403	120.012	232.403
Variação monetária e juros – API	29	(57.987)	-	(57.987)	-
Fee Liquidação Empréstimos		-	108.012	-	108.012
(Reversão)/Provisão para perda depósitos restituíveis	10	(1.012)	136	(1.012)	136
Provisão de bônus	26 e 27	28.347	23.555	28.347	23.555
Provisão para contingências	23, 26 e 27	61	142	61	142
Provisão de fornecedores	22	4.905	(6.221)	6.094	(6.297)
Receita linear	7	(7.984)	(35.708)	(7.984)	(35.708)
Impostos e contribuições s/ Receita Linear		738	20.153	738	20.153
Ganho de capital na venda de controlada	14	(4.708)	(3.614)	(4.708)	(9.914)
		294.069	196.790	293.759	189.359
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:					
Clientes	7	(23.388)	(16.015)	(24.018)	(15.480)
Impostos a recuperar	8	(33.615)	1.578	(33.471)	2.765
Depósitos bancários vinculados	6d	(30)	(9)	(22)	(5)
Depósitos restituíveis	10	7.120	1.466	7.120	1.466
Depósitos judiciais	11	19	(2.446)	19	(1.807)
Partes Relacionadas – ativo e passivo	19	5.230	1.212	5.797	381
Despesas antecipadas		18	(5.250)	(161)	(5.313)
Fornecedores	22	4.247	(7.217)	4.793	(7.198)
Estoques		311	(331)	311	(331)
Impostos e contribuições a recolher	21	78.108	(6.158)	78.060	(7.263)
Salários e encargos a pagar		(20.757)	(19.630)	(20.757)	(19.890)
Adiantamento de clientes	26 e 27	(277)	(3.797)	(277)	(3.797)
Outros valores – a receber e a pagar		(9.925)	(446)	(10.103)	(776)
Caixa gerado nas operações		301.130	139.747	301.050	132.111
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(22.239)	-	(22.239)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		278.891	139.747	278.811	132.111
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens do imobilizado	16	(116.192)	(59.533)	(117.197)	(61.616)
Aquisição de bens intangíveis	17	(945)	(784)	(945)	(784)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	(2.217)	(3.035)	-	-
Baixa de ativos	16	3.344	-	3.278	-
Aumento de capital em controlada	14	-	(733)	-	-
Reinvestimento de dividendos de coligadas	14 e 32	(2.330)	-	(2.330)	-
Dividendos recebidos	14	-	1.035	-	1.035
Recursos provenientes na venda de controlada	14	9.103	7.235	9.103	7.235
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(109.237)	(55.815)	(108.091)	(54.130)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Redução de capital acionista controlador	24	(35.975)	(3.600)	(35.975)	(3.600)
Caixa restrito	6	-	49.003	-	49.003
Passivo de arrendamento – principal e juros	18	(7.177)	(8.953)	(7.177)	(8.984)
Custo de Transação		-	(12.301)	-	(12.301)
Fee Liquidação Empréstimos		-	(49.003)	-	(49.003)
Amortização da securitização	20	(24.614)	(20.134)	(24.614)	(20.134)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(67.766)	(44.988)	(67.766)	(45.019)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		101.888	38.944	102.954	32.962
Caixa e equivalentes no início do exercício	6	74.859	35.915	74.955	41.993
Caixa e equivalentes no fim do exercício	6	176.747	74.859	177.909	74.955
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		101.888	38.944	102.954	32.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Porto do Açu Operações S.A. (“Porto do Açu” ou “Companhia”), situada à Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açu, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

Durante 2025, a Porto do Açu manteve a regularidade de suas operações, sem ocorrência de eventos operacionais relevantes no exercício que impactassem significativamente suas demonstrações financeiras.

Destaca-se, entretanto, que ao longo do ano foram contratados serviços de dragagem em áreas portuárias da Companhia, resultando em aumento do ativo imobilizado e dos custos operacionais relacionados. Paralelamente, a Porto do Açu ampliou seu escopo de atuação ao prestar serviços de gerenciamento e consultoria em dragagem para clientes estratégicos, fortalecendo seu portfólio de soluções portuárias.

Essa expansão contribuiu para um crescimento expressivo das receitas no primeiro semestre, impulsionado por contratos específicos com clientes-chave, refletindo a estratégia da Companhia de diversificação e agregação de valor aos serviços oferecidos.

Além dos eventos operacionais a Porto do Açu foi impactada por débitos de IPTU cobrados no encerramento de 2025, conforme descrito nas notas explicativas 21 e 23. Tal passivo foi reconhecido em seu passivo e a Companhia iniciou a busca por soluções administrativas e/ou jurídicas ao questionar a natureza da cobrança em sua essência.

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo (PIS, COFINS, ICMS e ISS) por novos tributos baseados no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), incluindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS).

O exercício de 2026 corresponderá ao período de transição em caráter de teste operacional, sem efeitos financeiros sobre a carga tributária global ou sobre os saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os impactos econômicos e financeiros relevantes decorrentes da nova sistemática tributária estão previstos para ocorrer de forma progressiva a partir de 2027.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração da Companhia vem acompanhando ativamente a regulamentação infraconstitucional e os desdobramentos técnicos da reforma tributária e até a presente data, com base nas análises em andamento, entende que não há impactos que demandem ajustes nos saldos contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os estudos técnicos, financeiros e sistêmicos encontram-se em fase final de conclusão, acompanhando a consolidação da regulamentação aplicável, o que permitirá a mensuração dos impactos com maior grau de confiabilidade.

2 Licenças e autorizações:

Licenças ou autorizações vigentes e obtidas até 31 de dezembro de 2025:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017 Em renovação Tempestiva (OF 183/2017)
Porto do Açu (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018 Em renovação Tempestiva (OF PRUMO/GGS nº 332/2017)
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049	04/11/2011	04/11/2014 Em renovação Tempestiva (OF 070/2014)
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016 Em renovação Tempestiva
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Certificado para atestar a inexistência de dívida financeira referente à infração ambiental, anexo (geralmente solicitamos estes certificados quando requerido por algum potencial parceiro de negócios).	CA nº IN042911	19/12/2017	Indeterminado
Porto do Açu (*)	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023 Em renovação Tempestiva (OF PORTO 077/2023)
Porto do Açu (*)	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. Estocagem temporária de granel sólido não perigoso denominado Espodumênio na área do Canteirópolis, nas dependências do Terminal 2.	LI nº IN050940	13/01/2021	13/01/2024 Em renovação Tempestiva (OF PORTO/SUST nº109/2023)
Porto do Açu	Licença para implantação da Linha de Transmissão denominada LT-345 kV Subestação (SE) Complexo Subestação (SE) OSX 345 kV, com 7 km de extensão e 50 metros de faixa de servidão.	LI nº IN051690	05/10/2021	04/11/2025 Em renovação Tempestiva
Porto do Açu	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, vias de acesso e de distribuição de cargas e sistemas de utilidades.	LI nº IN051258	28/04/2021	27/04/2026
Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas.	LI nº IN006287	30/04/2021	30/04/2026
Porto do Açu	Licença para fundeio, atracação e prestação de serviços de apoio na área do Terminal de Uso Privado - TUP Molhe Sul e no canal do T2, incluindo apoio logístico e portuário (abastecimento de água e energia, fornecimento de combustíveis, materiais e produtos químicos, coleta e destinação de todos os tipos de resíduos e efluentes contidos nas embarcações); reparos, manutenção e montagem eletromecânica em embarcações (limpeza de tanques, movimentação, instalação, inspeção, reparo e testes de equipamentos, limpeza e pintura de casco), fornecimento de combustíveis; mobilização temporário (cargas gerais e químicas).	LO Nº IN052580	30/12/2021	26/12/2033
Reserva Ambiental (*)	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI nº IN009339	16/06/2021	16/06/2023 Arquivada, pois as obras foram finalizadas
Porto do Açu (*)	Autorização para extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/06/2017	02/03/2022 Em renovação Tempestiva (OF PORTO_SUST 105_2021)
Porto do Açu	Aprovação da concepção e localização do Terminal 2, planta portuária destinada à movimentação e armazenagem de cargas e produtos para	LP nº IN052823	08/06/2022	07/06/2027

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
	importação e exportação de granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e carga de projeto, atividades de fabricação e montagem de máquinas, equipamentos e estruturas marítimas para indústria de produção e exploração de petróleo e gás e atividades de apoio a essas embarcações, inclusive píer de rebocadores.			
Porto do Açu	O objeto dessa licença emitida em 22/08/2023, é: para dragagem com volume de 7.428.136,00 m3 para implantação de um Canal de Navegação composto por um Canal de Acesso Marítimo Offshore e um Canal de Atracação Onshore com implantação de estruturas de atracação e demais estruturas náuticas, com alijamento em Bota Fora marinho licenciado, bem como disposição do material dragado em depósitos terrestres. Substituição da Licença LPI nº IN030901	LI IN052923	22/08/2022	20/08/2030
Porto do Açu	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação.	OUT N° IN011479 em renovação a OUT n° IN001541	23/05/2022	23/05/2027
Porto do Açu	Para localização, instalação e operação de um centro náutico, localizado no terminal 2 ("T2") do Porto do Açu, incluindo atalaia, praticagem, manutenção da sinalização náutica e de lanchas, rampa de acesso, base de pronto atendimento a emergências (BPAE), píer modular e base operacional dos rebocadores a ser instalada em uma área de 14.833,12 m², georreferenciada através das coordenadas UTM SIRGS 2000 fuso 24k 293130.00 m E 7578446,00 m N.	LAU n° IN11709	06/06/2022	16/02/2028
GSA	Licença para localização de futura Usina Fotovoltaica (UFV Dunas) para geração de energia solar com 220,9 MW de potência líquida declarada e de suas respectivas instalações de transmissão de interesse restrito ao empreendimento	LP n° IN052621	26/01/2022	25/01/2027
Porto do Açu	Levantamento e manejo de fauna silvestre na área do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), visando subsidiar a elaboração do EIA/RIMA em futuros processos de licenciamento ambiental na área.	AA n° IN05257	10/10/2023	10/10/2025
Porto do Açu (*)	Licença para tamponar um poço tubular, com profundidade de 249,5 metros, para atender as diretrizes do estudo hidrogeológico confeccionado para o local. Poço t2/4 Região Hidrográfica: Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	AA n° IN001410	10/07/2023	10/07/2024
Porto do Açu	Licença para localização de futuro HUB de Hidrogênio e Derivados de Baixo Carbono, incluindo unidades de produção de hidrogênio, amônia e metanol de baixo carbono e utilidades acessórias.	LP N° IN006946	26/01/2024	26/01/2029
Porto do Açu	Para a instalação de obras para adequações operacionais em um ponto de abastecimento de combustível, com o objetivo de ampliar a pista de abastecimento, instalado em um terreno de 14.224.728,00 m².	LI N° IN100438	22/08/2024	22/08/2027
Porto do Açu	Para instalação e operação de área destinada ao recebimento, estocagem e movimentação de cargas dos tipos granéis sólidos diversos, não perigosos e perigosos, carga geral, cargas de projeto e contêineres, contendo galpões multiuso e suas respectivas manutenções, em uma área de 34.162,64 m², denominadas Glebas 2, 3, 8 e 9.	LAU N° IN007323	26/03/2024	26/03/2034
Porto do Açu	Para a localização e implantação de dutos para transferência de efluentes líquidos tratados e bacia de acumulação de efluente tratado, para reuso com fins não potáveis, composta por três tanques de 25.000 litros, em uma área de 160 m²	LAI N° IN100390	22/08/2024	22/08/2030
Reserva Ambiental	Para Implantação do Projeto Executivo de Restauração Florestal.	AA N° IN099995	15/07/2024	15/07/2026
Reserva Ambiental	Inexistência de licença ambiental para o funcionamento de uma usina de compostagem	CA N° IN011891	06/05/2022	Indeterminado
Porto do Açu (*)	Concepção, localização e implantação de parcelamento de solo rural privado para uso residencial de ocupação permanente, de médio e baixo padrão em área de 450 hectares	LPI N° IN016819/AVB N° 001377	07/06/2011	07/06/2014 Em renovação Tempestiva (OF 007/2014)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

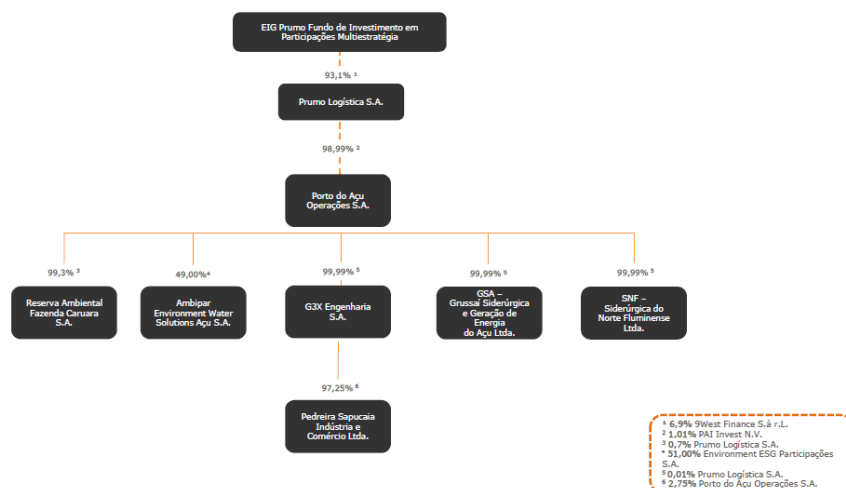
Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Águas Industriais do Açu	Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de água no Porto do Açu composto por poços de captação denominados T2/1, T2/2, T2/3, T2/4, T2/5, PMM e Canteirópolis; rede de distribuição com 10km de extensão e reservatório de água do sistema T2 (capacidade de 4.100 m³).	LO nº IN013370	16/06/2023	16/06/2033
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A.	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra, para fim de consumo industrial.	OUT N° 676	28/03/2024	02/04/2027
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A. (*)	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra, para fim de consumo humano.	OUT N° 677	10/04/2024	16/04/2027
AMBIPAR ENVIRONMENT WATER SOLUTIONS AÇU S.A.	Autorizando a extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	OUT N° IN010339	08/08/2021	08/10/2026
Porto do Açu	Para localização, instalação e operação de um centro náutico, localizado no terminal 2 ("T2") do Porto do Açu, incluindo atalaia, praticagem, manutenção da sinalização náutica e de lanchas, rampa de acesso, base de pronto atendimento a emergências (BPAAE), pier modular e base operacional dos rebocadores a ser instalada em uma área de 14.833,12 m², georreferenciada através das coordenadas UTM SIRGS 2000 fuso 24k 293130.00 m E 7578446,00 m N.	LAU nº IN11709	06/06/2022	16/02/2028
GSA	Licença para localização de futura Usina Fotovoltaica (UFV Dunas) para geração de energia solar com 220,9 MW de potência líquida declarada e de suas respectivas instalações de transmissão de interesse restrito ao empreendimento	LP nº IN052621	26/01/2022	25/01/2027

(*) Licenças em processo de renovação. Prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo, prevista na Lei Complementar nº 140/2011.

3 Empresas do grupo:

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2025	2024
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
GSA - Grussaí Siderúrgica e Geração de Energia do Açu S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Ambipar Environment Water Solutions Açu S.A. ("Water Solutions", antiga "Águas Industriais")	Brasil	49,00%	49,00%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,35%	99,30%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)



Além da Porto do Aço, a controlada Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. (“Reserva Ambiental Caruara”) e a coligada Ambipar Environment Water Solutions Açu S.A. (“AEWS”) se encontram em operação. A controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. (“Pedreira Sapucaia”) operou em 2012 e 2013 e teve uma parada em sua operação em 2014. As demais empresas controladas, por estratégia da Controladora, não possuem atividades operacionais.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas nessas demonstrações estão sumariadas na nota explicativa número 5. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na nota explicativa número 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em 3 de março de 2026. Desta forma, estas demonstrações financeiras consolidadas consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre elas até a referida data.

c) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro consolidado no exercício de R\$ 23.075 (prejuízo consolidado de R\$ 414.666 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante consolidado positivo de R\$ 136.136 (positivo de R\$90.729 em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido consolidado positivo de R\$ 4.008.136 (R\$4.020.868 em 31 de dezembro de 2024).

No âmbito de seu plano estratégico, visando a otimização do fluxo de caixa e aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, a Porto do Açu, em 15 de março de 2024, efetivou as negociações com os bancos credores para o reperfilamento dos contratos de financiamento vigentes até então. A Porto do Açu recebeu aporte de capital de sua *holding* Prumo Logística S.A, no valor de R\$ 5.084.657, via carta de crédito, dos quais R\$5.025.647 foram utilizados para a liquidação da dívida existente e R\$ 59.010 foram utilizados para pagamentos de *Fee* dos empréstimos, conforme Nota Explicativa 29 – Resultado Financeiro. O saldo restante da dívida foi liquidado com uma operação de Cessão de Recebíveis com coobrigação junto a Riza Securitizadora S.A, lastreados em contratos de aluguel de longo prazo, no valor de R\$ 744.344 (detalhes nota explicativa nº 20 – Cessão de recebível securitizado).

Além desses fatores, a Companhia considera em seu plano de negócios de longo prazo estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para mais de 10 anos. A maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, o que suporta a previsão de resultados futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, com base nos contratos existentes, informações disponíveis e análises internas, a Administração entende que através de suas projeções de investimentos, custos, despesas, caixa operacional, recebíveis, recuperabilidade de ativos, neste momento, não há nenhuma alteração significativa a ser considerada e que coloque em dúvida a continuidade operacional da Porto do Açu.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açu foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis estão destacadas nos seguintes subitens e nas correspondentes notas explicativas relacionadas:

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Notas explicativas 6, 7, 12, 13 e 31: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

— Notas explicativas 16 e 17: Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

— Nota explicativa 23: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota Explicativa 31 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 15: Propriedade para investimento;
- Nota Explicativa 31: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia. Os resultados provenientes de coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas e coligadas, descritas na Nota explicativa 3 – Empresas do Grupo.

Saldo e transações entre companhias do grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transação entre companhias do grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante consolidado de R\$177.909 (R\$74.955 em 31 de dezembro 2024). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA conforme metodologia S&P Global Rating.

A perda estimada em caixa e equivalentes caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados na Nota explicativa número 6 – Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito.

O caixa e equivalente de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

(ii) Contas a Receber

Para o Contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por Meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que controle deixa de existir. Os investimentos em coligadas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, não sendo os valores consolidados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo	Vida útil (Anos)
Edificações	25 a 40
Pier de apoio T2	60
Canal T2	15
Defensas T2	10
Pier T-Mult	60
Defensas Pier T-Mult	10
Quebra-Mar T2	60
Vias de acesso	10 a 20
Pier molhe sul T2	60
Benfeitorias	25
Instalações	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5 a 20
Terrenos	0

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo Intangível	Vida útil (Anos)
Licenças de Uso de Software	5

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 – Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Entende-se por Unidade Geradora de Caixa o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de recursos, entradas essas que são independentes das entradas de recursos de outros ativos ou outro grupo de ativos.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Arrendamentos

Os principais ativos de arrendamento classificados pela Companhia são demonstrados no quadro abaixo:

Classe ativo	Ativo objeto	Taxa de desconto aplicada % a.a.
Imóvel	Sala comercial	10,60
Máquinas e equipamentos	Galpão pré-moldado com sistema CFTV e anti-explosão	7,58
Veículos	Caminhão	7,40

- Isenção no reconhecimento
 - Arrendamentos de curto prazo – Para contratos com um prazo de 12 meses ou menos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Arrendamentos de baixo valor – A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor, os valores de pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação deles.

m) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

o) Receita operacional

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento.

As principais receitas da Companhia e suas controladas são provenientes de:

- (i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

- (ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo de execução dos serviços aos clientes.

A receita é mensurada com base no preço do serviço especificado nas tarifas avaliadas considerando as características do serviço ou no contrato específico do cliente. O preço do contrato pelos serviços prestados reflete o valor transferido para o cliente.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 31.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- (i) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" buscando responder a questões práticas recentes para melhorar o entendimento e incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(ii) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

- O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações.

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras

- (iv) Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Vigência para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- (v) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	3.694	1.028	4.683	1.124
Operações Compromissadas	-	73.838	-	73.838
Operações CDB	173.071	-	173.244	-
	176.765	74.866	177.927	74.962
Provisão de perdas estimadas	(18)	(7)	(18)	(7)
	176.747	74.859	177.909	74.955

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósito bancário e em operações compromissadas, cujos prazos, de vencimentos são de até três meses contados a partir de aquisição e com liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a. Detalhamento das Aplicações

		Controladora			
		2025		2024	
Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa de rendimento	Valor	Taxa de rendimento	Valor
Caixa Econômica	Compromissada	-	-	94% do CDI	73.838
Bradesco	CDB	100,25%	166.695	-	-
Santander	CDB	100,50%	6.376	-	-
Total de Aplicação			173.071		73.838
		Consolidado			
		2025		2024	
Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa de rendimento	Valor	Taxa de rendimento	Valor
Caixa Econômica	Compromissada	-	-	94% do CDI	73.838
Bradesco	CDB	100,25%	166.868	-	-
Santander	CDB	100,50%	6.376	-	-
Total de Aplicação			173.244		73.838

b. Caixa restrito – Controladora e Consolidado

	2025	2024
Caixa Restrito – Virgo	2.218	2.000
Total	2.218	2.000

Conforme mencionado na nota explicativa 20 (Cessão de Recebível Securitizado), a Companhia firmou uma operação de securitização com a Riza Securitizadora S.A, que consiste na retenção de um percentual de receita de determinados contratos de longo prazo como lastro da emissão das debêntures securitizadas. Esta receita é depositada em uma conta de titularidade da Securitizadora e após ser retido o valor da parcela do mês subsequente, o excedente é transferido para a conta operação da Companhia. Como garantia da execução da relação comercial foi formada um caixa restrito para cobertura de qualquer eventualidade.

c. Depósitos Vinculados

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Porto do Açu		3.450	3.408	3.450	3.408
Total		3.450	3.408	3.450	3.408
Circulante		3	3	3	3
Não circulante		3.447	3.408	3.447	3.408

Recursos que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176. Somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014 e, por esse motivo, são classificados como ativos não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas – Nota 0) (a)	83.757	86.094	84.461	86.225
Serviços portuários (Partes relacionadas – Nota 0)	855	455	855	455
Outros	-	-	45	25
Provisão de perdas estimadas	(447)	(261)	(551)	(267)
Total de Clientes – Partes Relacionadas	84.165	86.288	84.810	86.438
Cessão do direito real de superfície (b)	155.917	147.606	156.009	147.669
Serviços portuários	62.753	32.702	62.753	32.702
Clientes Securitizados – VIRGO (c)	10.772	15.788	10.772	15.788
Outros	216	263	324	363
Provisão de perdas estimadas	(2.484)	(1.863)	(2.490)	(1.863)
Total de Clientes Gerais	227.174	194.496	227.368	194.659
Total Geral	311.339	280.783	312.178	281.096
Circulante	70.306	48.075	71.145	48.388
Não circulante	241.033	232.709	241.033	232.709

O saldo a receber refere-se a:

- Refere-se, essencialmente, pelo reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde foi instalada uma usina termoeletrica. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento da receita deste referido contrato em 31 de dezembro de 2025 foi mensurado no valor total de R\$ 81.138 (R\$ 85.124 em 31 de dezembro de 2024), compreendendo as faturas já emitidas e enviadas ao cliente.
- Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, Efen, Minas Gusa, UTE GNA II e Mills.
- No contexto da reestruturação financeira da Companhia, em março de 2024 foi realizada uma operação de Cessão de Recebíveis com coobrigação, lastreados em contratos de aluguel (cessão do direito real de superfície), junto a empresa Riza Securitizadora S.A (Nota Explicativa Nº 20 Cessão de recebível securitizado). A transação consiste em um controle dos recebíveis, pelas partes envolvidas na operação, em conta bancária específica da empresa securitizadora. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo referente aos clientes securitizados era de R\$ 10.722 (R\$ 15.788 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo demonstra a movimentação e o cálculo da perda esperada por vencimento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.124)	(2.130)
(Adições)	(3.481)	(5.702)
Reversões	2.674	4.791
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.931)	(3.041)
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.981)	(2.002)
(Adições)	(3.076)	(3.108)
Reversões	2.933	2.980
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.124)	(2.130)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Aging do contas a receber:

	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada
A Vencer (a)	301.327	(1.199)	278.485	(826)	301.685	(1.202)	278.796	(827)
Vencidos:								
Até 1 mês	8.306	(229)	2.655	(176)	8.449	(232)	2.658	(176)
Até 3 meses	2.364	(160)	676	(221)	2.641	(189)	676	(221)
De 3 a 6 meses	1.123	(235)	105	(17)	1.280	(300)	105	(17)
De 6 a 12 meses	76	(34)	144	(42)	81	(35)	144	(42)
Acima de 12 meses	1.074	(1.074)	842	(842)	1.083	(1.083)	847	(847)
Total	314.270	(2.931)	282.907	(2.124)	315.219	(3.041)	283.226	(2.130)

(a) Parte do valor se refere a contas a receber com a UTE GNA I na qual há condições de postergação de pagamentos mediante acordo de subordinação.

A Companhia possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens:

- Demonstrações financeiras;
- Rating do Serasa.

A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas informações financeiras trimestrais. Adicionalmente, a Companhia irá continuar avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre serviços ("ISS")	44	15	44	15
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	802	901	802	901
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	2.156	4.263	2.161	4.263
CSLL retida na fonte ("CSRF")	37	608	37	608
Programa de integração social ("PIS")	-	-	64	97
Contribuição da seguridade social ("COFINS")	-	-	296	447
Imposto de renda e contribuição social – saldo negativo	16.177	-	16.218	3
INSS	84	-	97	-
Outros	297	192	308	219
Total	19.597	5.979	20.027	6.553
Circulante	18.594	4.886	19.024	5.460
Não circulante	1.003	1.093	1.003	1.093

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido. No entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	1.352.754	1.360.243	1.355.009	1.362.002
Base negativa de contribuição social	487.125	489.687	487.937	490.321
Provisão para participação no resultado	9.877	5.905	9.877	5.905
Provisão para perdas estimadas/recebíveis	22.567	18.201	22.616	18.205
Provisão contingências trabalhista	345	520	345	520
Provisão contingências cíveis	5.213	274	5.213	274
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	-	-	7.115	7.116
Provisão para perda de ativos	13.220	13.220	13.220	13.220
Apropriação PIS e COFINS – Depreciação Fiscal	15.845	16.285	15.845	16.285
Diferimento do PIS e COFINS - Receita Linear	5.535	5.090	5.535	5.090
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	1.915.151	1.912.095	1.925.382	1.921.608
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido – <i>Valuation allowance</i> (a)	(1.853.857)	(1.853.857)	(1.864.088)	(1.857.355)
Total de impostos diferidos ativos	61.294	64.253	61.294	64.253
<u>Diferença temporária - Passivo fiscal diferido</u>				
Juros capitalizados	(3.561)	(7.121)	(3.561)	(7.121)
Receita Linear (Diferimento) (b)	(59.842)	(55.023)	(59.842)	(55.023)
Consumo Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL (autorregularização) (c)	2.109	(2.109)	2.109	(2.109)
Total de impostos diferidos	-	-	-	-

- a) Valor referente ao IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, gerados pela Controladora e suas controladas Reserva Ambiental, G3X, GSA e SNF, em função da ausência de expectativa de resultados tributáveis futuros suficientes para utilização integral desse ativo fiscal diferido.
- b) As receitas oriundas dos contratos de “Cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície”, tomando por base o CPC 06, são contabilizadas mensalmente de forma linear, pelo período do contrato. A Companhia reconhece o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) diferidos sobre a Receita Linear, levando tal resultado a tributação no início da contraprestação destes contratos.
- c) Em 20 de março de 2024 a Porto do Açu ingressou no programa de Autorregularização Incentivada de tributos federais, nos termos da Lei nº 14740/2023, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2168/2023. O programa permite a utilização de prejuízo fiscal para a quitação, em até 50% do valor, de tributos federais do exercício, ainda em aberto e não declarados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Depósitos restituíveis

	2024	(Provisão)/Re versão p/ perda (*)	Recebimentos	Atualização monetária	2025
Porto do Açu	51.396	1.012	(7.120)	2.565	47.853
	51.396	1.012	(7.120)	2.565	47.853

(*) Provisão de perda devido a alteração de prognóstico (chance de êxito) dos processos – de Remota para Possível – frente à estratégia jurídica aplicada desde 2018.

No cenário das ações de desapropriação ajuizadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) visando à implantação do Distrito Industrial de São João da Barra, a Companhia propôs voluntariamente aos proprietários e possuidores de imóveis localizados na área do Distrito a aquisição de seus direitos sobre os imóveis, mediante pagamento de valores estabelecidos nos laudos de avaliação contidos nos respectivos processos de desapropriação.

Assim, entre os anos de 2011 e 2015, a Companhia, mediante acordos privados, adquiriu de diversos proprietários/possuidores os direitos sobre as áreas por eles ocupadas, tendo como objetivo viabilizar o recebimento imediato das indenizações pelos antigos ocupantes, bem como a desocupação amigável das áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos no Distrito Industrial de São João da Barra.

Em razão da celebração dos acordos privados – e consequente adiantamento de indenizações aos proprietários/possuidores de imóveis –, a Companhia passou a ter o direito de realizar para si o levantamento dos valores depositados em juízo nos processos de desapropriação referentes a estes imóveis.

No ano de 2025, a Porto do Açu recuperou, por meio de levantamentos em processos de desapropriação, o montante de R\$ 7.120 (R\$ 1.466 no ano de 2024) referente aos depósitos iniciais nos processos de desapropriação envolvendo os imóveis por ela adquiridos.

A Administração, com base em parecer de sua assessoria legal externa, entende que, neste fechamento contábil, há possibilidade jurídica de levantamento de R\$47.853 (R\$51396 em 31 de dezembro de 2024) atualmente depositados nas ações judiciais e atualizados monetariamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora				2025
	2024	Adições	Baixas	Atualização	
Patrimônio da União (a)	12.214	-	-	802	13.016
Outros (b)	3.044	184	(203)	79	3.104
	15.258	184	(203)	881	16.120

- (a) Depósito judicial realizado em ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas (“espelho d’água”), nos termos do “Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas” celebrado em 6 de outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2025, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza o montante consolidado estimado de R\$ 13.016 (R\$ 12.214 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Outros depósitos judiciais realizados em ações cíveis e trabalhistas somam o montante de R\$3.104 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.044 em 31 de dezembro de 2024).

12 Debêntures

b. Debêntures OSX

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. (“OSX”), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$734.677 dada as seguintes condições:

	Data de emissão:	Data Vencimento (**):	Taxa de juros (a. a):	Consolidado	
				2025	2024
Debêntures – 4ª série (*)	08/01/2015	08/01/2055	CDI	723.716	723.716
DIP – 3ª série (*)	15/01/2016	15/01/2036	CDI + 2%	10.961	10.961
Subtotal das Debêntures:				734.677	734.677
(-) Provisão para perda estimada				(46.031)	(46.031)
Total das Debêntures:				688.646	688.646
Direito real de superfície (não contabilizado) (vi)				(33.837)	(33.837)
Total:				654.809	654.809

(*) As Debêntures - 3ª Série tem vencimento em 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período e as Debêntures - 4ª Série tem vencimento em 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

(**) Data de vencimento considerando a possível prorrogação das debêntures

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é composto por: (i) R\$ 642.301 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos aos custos de construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$32.117 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, referentes à cessão do direito real de superfície referente

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ao período de agosto de 2013 até julho de 2014, (v) R\$2.954 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativos aos custos de licenciamento e (vi) R\$33.837 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, referentes à cessão do direito real de superfície devidos a partir de agosto de 2014 até julho de 2015, porém, não contabilizados por não atender plenamente os critérios de reconhecimento de receita (CPC 47/IFRS15), dado à improbabilidade de benefícios econômicos futuro associados a essa transação.

Do montante total de Debêntures, a Administração constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$ 46.031 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme detalha o quadro da nota explicativa acima.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total dos créditos reconhecidos como Debêntures 3ª e 4ª série, não foram contabilizados, até a data base, por não atenderem aos critérios do CPC 25, o montante de juros remuneratórios de R\$ 1.292.212 (R\$1.038.745 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Companhia informa que o Grupo OSX apresentou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 23 de janeiro de 2024. Desde então, não houve votação de Plano de Recuperação Judicial, cuja expectativa da administração é que ocorra ao longo do ano de 2026, oportunidade em que poderão ser repactuadas as condições originais das debêntures subscritas pela Companhia no âmbito do plano anterior, cujo principal vencimento é no ano de 2055, bem como todos os demais créditos envolvidos. Até a presente data-base, não há definição formal quanto aos termos e condições finais do referido plano, mas a Administração vem avaliando alternativas estratégicas que considera financeiramente viáveis relacionadas a esse ativo, que envolverá a negociação dos termos junto aos demais credores. Considerando o estágio atual das negociações, a Administração entende que não há, nesta data-base, efeitos contábeis a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, permanecendo a Companhia acompanhando a evolução do processo para fins de avaliação de eventuais impactos futuros, inclusive quanto à recuperabilidade dos ativos relacionados.

13 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	Consolidado	
	2025	2024
Créditos de Remoc	68.682	68.682
Crédito – Adiantamento contratual	8.550	8.550
Total de créditos:	77.232	77.232
(-) Provisão para perda estimada	(8.550)	(8.550)
Outros créditos	-	-
	68.682	68.682

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Outros valores a receber - OSX:

	Consolidado	
	2025	2024
Cessão do direito de uso	559.846	488.897
Total dos créditos:	559.846	488.897
Direito real de superfície (não contabilizado)	(559.846)	(488.897)
Total:	-	-

Considerando que: (i) em Dezembro de 2012 a Porto do Açu e OSX celebraram um Instrumento Particular para Cessão Onerosa do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície (“Contrato de Cessão”); (ii) que em Novembro de 2013 a OSX pediu recuperação judicial, tendo seu plano aprovado, o qual determinava, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade das contraprestações até Dezembro de 2016; (iii) que antes do final do período de carência determinado no plano de recuperação judicial, ambas as partes celebraram novo acordo que suspendia por mais 2 anos a exigibilidade das parcelas posteriores àquelas que foram subscritas em debêntures, ou seja, às parcelas devidas a partir de 2015; e (iv) que em setembro de 2018, a Porto do Açu celebrou junto ao Grupo OSX o termo de compromisso e Standstill, o qual estabelecia a suspensão da exigibilidade da cobrança referente às contraprestações enquanto estivesse em vigor, a Porto do Açu notificou o Grupo OSX, em 13 de outubro de 2023, sobre a não renovação do Standstill, o encerrando em 19 de outubro de 2023.

Em ato contínuo, a Porto do Açu notificou extrajudicialmente a OSX, em 23 de outubro de 2023, solicitando que até o dia 30 de outubro de 2023 fosse efetuado o pagamento das contraprestações vencidas referentes ao período de agosto de 2015 a setembro de 2023, no valor total de R\$ 403.359.

No último dia do prazo concedido pela Porto do Açu para pagamento, o Grupo OSX propôs a tutela de urgência cautelar como medida preparatória a novo pedido de recuperação judicial requerendo a suspensão da exigibilidade das obrigações pecuniárias e a instauração de procedimento de mediação entre o Grupo OSX e seus principais credores, o que foi deferido pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial.

Antes mesmo do encerramento da mediação, o Grupo OSX apresentou novo pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido em 23 de janeiro de 2024.

Em razão do deferimento, os valores devidos a título de aluguel de agosto/2015 a janeiro/2024, data do deferimento da nova recuperação judicial, passaram a compor o crédito concursal da nova recuperação judicial do Grupo OSX, no valor principal de R\$ 423.877.

A concursabilidade desse crédito, apesar de não reconhecida *a priori* pelo Grupos OSX, já foi reconhecida judicialmente por meio de sentença no âmbito de impugnação de crédito apresentada pela Porto do Açu.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As parcelas mensais, vencidas após ao deferimento da nova recuperação judicial (extraconcursais), de janeiro (pro rata) a 31 de dezembro de 2025 já superam R\$ 135 milhões.

Embora sejam valores efetivamente devidos à Porto do Açu, não há expectativa de recebimento em razão da condição financeira da OSX e do deferimento do novo pedido de Recuperação Judicial, não havendo, reconhecimento como receita nas Demonstrações Financeiras, devido ao não cumprimento dos requisitos estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15).

O segundo processo de recuperação judicial do Grupo OSX segue em curso, envolvendo todos os seus credores, com provável votação de Plano de Recuperação Judicial para o ano de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma))

14 Investimentos

a) Composição dos investimentos

Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	2025	2024	2025	2024
			Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Total Investimentos	Total Investimentos
GSA	99,99%	36.028	33.008	33.229	33.200	33.226
Reserva Ambiental Caruara	99,30%	27.360	23.064	22.682	22.157	22.530
G3X	99,99%	38.797	(14)	(7)	-	10
AEWS	49,00%	15.403	41.794	16.075	18.010	14.248
SNF	99,99%	45.317	42.811	42.883	42.868	42.883
Outros - Pedreira	2,75%	-	-	-	15	1
		162.905	140.663	114.862	116.250	112.898

b) Informações financeiras resumidas

Investidas	%	Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	2025			Ganho ou perda na variação percentual	Lucro/ Prejuízo acumulado
								Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	Dividendos adicionais			
GSA	99,99%	36.028	33.228	220	33.008	36.031	95	-	-	-	-	(3.118)
Reserva Ambiental Caruara	99,30%	27.360	24.219	1.155	23.064	27.539	243	-	-	-	-	(4.718)
AEWS	49,00%	15.403	87.367	45.573	41.794	35.023	773	-	3.077	-	-	2.921
SNF	99,99%	45.317	42.902	91	42.811	45.317	-	-	-	-	-	(2.506)
			187.716	47.039	140.677	143.910	1.111	-	3.077	-	-	(7.421)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma))

2024											
Investidas	%	Quantidade ações / quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	Dividendos adicionais	Ganho ou perda na variação percentual	Lucro/ Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	35.371	33.230	1	33.229	35.371	95	615	-	-	(2.852)
Reserva Ambiental Caruara	99,30%	25.429	23.788	1.106	22.682	25.429	243	1.240	-	-	(4.230)
G3X	99,99%	38.791	476	483	(7)	38.790	-	10	-	127	(38.934)
AEWS (a)	49,00%	15.403	26.659	10.584	16.075	14.189	379	-	1.507	-	-
SNF	99,99%	45.141	42.911	28	42.883	45.142	-	141	-	-	(2.400)
			127.064	12.202	114.862	158.921	717	2.006	1.507	127	(48.416)

- (a) No fechamento do 3º trimestre de 2024 foi concretizada a operação de venda de parte das ações da empresa Águas Industriais do Açúcar, atual AEWS. A operação resultou na redução da participação da Porto do Açúcar para 49% (100% em 2023). Com a redução de percentual e os termos da negociação, a Porto do Açúcar mantém a influência significativa sem o controle da companhia. Em 2025 foram reconhecidos, a título de ganho de capital pela venda do investimento, o montante de R\$4.708,

c) Movimentação dos investimentos – Participação em controladas e coligadas

	GSA	G3X	Reserva Ambiental	AEWS	SNF	Outros	Total
Saldo em 31/12/2024	33.226	10	22.530	14.248	42.883	1	112.898
Equivalência patrimonial	(524)	-	(1.903)	1.432	(189)	-	(1.184)
Constituição de AFACs	498	-	1.530	-	174	15	2.217
Redução de AFAC para integralização de capital	(660)	-	(2.110)	-	(176)	-	(2.946)
Aumento em capital de controlada	660	(10)	2.110	-	176	-	2.936
Reinvestimento de dividendos declarados (a)	-	-	-	2.330	-	-	2.330
Outros	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31/12/2025	33.200	-	22.157	18.010	42.868	15	116.250

- (a) Durante o ano de 2025 a gestão da AEWS optou pelo reinvestimento dos dividendos declarados em seu capital próprio. Desta forma, a Companhia teve aumento do investimento aplicado na coligada conforme expõe o quadro. O montante significou um aumento nos investimentos permanentes da Companhia sem que tenha ocorrido efetivamente uma saída de caixa e na qual se espera retorno em caixa em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Propriedades para investimento

	Consolidado	
	2025	2024
Porto do Açu	450.006	450.006
GSA	31.695	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.219	5.219
SNF	42.897	42.897
	529.817	529.817

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. A composição do quadro se refere, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - Propriedades para investimento, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$ 1.799.983 equivalentes a 1.959 mil m² da área total (R\$1.785.986 em 31 de dezembro de 2024). Para os terrenos ainda não arrendados, em virtude das poucas transações ocorridas recentemente, escassez de dados de mercado para uma razoável comparabilidade e incertezas sobre a ocupação de toda a área, considerando o uso pretendido desses ativos pela Companhia, não foi mensurado, na data base de 31 de dezembro de 2025, o valor justo de todos os terrenos não arrendados.

16 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Porto do Açu	2.518.577	2.542.674	2.517.743	2.541.810
Reserva Ambiental Caruara	-	-	17.192	17.124
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
	2.518.577	2.542.674	2.535.397	2.559.396

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora							
Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,82%	10,99%	12,69%			11,28%	
Saldo em 31/12/2024	2.124.146	77.553	190.498	32.522	116.054	769	2.542.674
Adição	561	-	10.414	3.958	101.979	68	127.666
Transferência	61.115	-	1.450	4.626	(67.191)	-	-
Baixa	(2.531)	-	(1)	(569)	(399)	(16)	(3.516)
Depreciação	(121.199)	-	(16.789)	(9.894)	-	(365)	(148.247)
Saldo em 31/12/2025	2.062.092	77.553	185.572	30.643	150.443	11.455	2.518.577
Custo	3.179.107	77.553	324.507	114.013	150.443	4.388	3.861.466
Depreciação acumulada	(1.117.015)	-	(138.935)	(83.370)	-	(3.569)	(1.342.889)
Saldo em 31/12/2025	2.062.092	77.553	185.572	30.643	150.443	11.455	2.518.577

Controladora							
Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,47%	11,04%	12,96%	-	-	11,42%	-
Saldo em 31/12/2023	2.254.924	77.553	212.221	39.780	653	1.376	2.605.828
Adição	-	-	3.317	70.163	254	120	73.854
Transferência	120	-	8.135	-	-	-	-
Baixa	-	-	(12.524)	(822)	(138)	(8)	(13.492)
Depreciação	(130.898)	-	(17.334)	(9.753)	-	(356)	(158.341)
Reversão de Impairment (*)	-	-	-	34.825	-	-	34.825
Saldo em 31/12/2024	2.124.146	77.553	190.498	32.522	769	1.132	2.542.674
Custo	3.119.963	77.553	312.643	105.997	116.054	4.334	3.737.313
Depreciação acumulada	(995.817)	-	(122.145)	(73.475)	-	(3.202)	(1.194.639)
Saldo em 31/12/2024	2.124.146	77.553	190.498	32.522	116.054	769	2.542.674

* Reversão de provisão de Impairment de R\$34.825 referente as estacas pranchas no projeto da Expansão do Cais T-MULT atualmente classificado na rubrica de obras em andamento

Consolidado							
Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,82%	10,88%	12,77%	-	11,36%	-	-
Saldo em 31/12/2024	2.123.310	87.238	196.596	32.792	116.876	770	2.559.396
Adição	562	-	10.414	3.975	102.575	488	128.699
Transferência (*)	61.115	-	2.237	4.839	(68.198)	7	-
Baixa	(2.531)	-	(218)	(669)	(93)	(442)	(3.953)
Depreciação	(121.199)	-	(17.060)	(9.960)	-	(526)	(148.745)
Saldo em 31/12/2025	2.061.257	87.238	191.969	30.977	151.160	1.341	2.535.397
Custo	3.178.272	87.238	331.753	114.515	151.160	5.273	3.879.666
Depreciação acumulada	(1.117.015)	-	(139.784)	(83.538)	-	(3.932)	(1.344.269)
Saldo em 31/12/2025	2.061.257	87.238	191.969	30.977	151.160	1.341	2.535.397

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros
Taxa estimada de depreciação (a.a)	6,47%	-	11,04%	12,64%	-	-	11,68%
Saldo em 31/12/2023	2.254.089	87.238	225.379	40.701	19.292	1.133	1.523
Adição	-	-	1	3.446	71.014	733	839
Transferência (*)	120	-	8.135	-	(8.255)	-	-
Baixa	-	-	(12.524)	(822)	-	(1.096)	(8)
Depreciação	(130.899)	-	(17.604)	(9.800)	-	-	(530)
Reversão Impairment (*)	-	-	-	-	34.825	-	-
Efeitos de desconsolidação	-	-	(6.791)	(733)	-	-	(10)
Saldo em 31/12/2024	2.123.310	87.238	196.596	32.792	116.876	770	1.814
Custo	3.119.127	87.238	319.320	106.370	116.876	770	5.220
Depreciação acumulada	(995.817)	-	(122.724)	(73.578)	-	-	(3.406)
Saldo em 31/12/2024	2.123.310	87.238	196.596	32.792	116.876	770	1.814

* Reversão de provisão de Impairment de R\$34.825 referente as estacas pranchas no projeto da Expansão do Cais T-MULT atualmente classificado na rubrica de obras em andamento

Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$150.443, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, com destaque para os projetos de Expansão do Cais T-mult R\$118.822, Adequação das Estruturas do Molhe Sul R\$ 4.327, Truck Center R\$ 5.862 e R\$ 25.759 referente a outras obras de infraestrutura geral (R\$116.876 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$93.040 referente ao projeto de expansão do cais T-MULT).

Na controlada Reserva Ambiental Caruara o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 727 (R\$ 849 em 31 de dezembro de 2024) referente a gastos gerais de infraestrutura. Desse valor, R\$ 27 se refere a projetos executados para a Porto do Açu.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ("impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia anualmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve as premissas utilizadas no teste de *Impairment* realizado em 31 de dezembro de 2024 e não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Na avaliação de 31 de dezembro de 2025 utilizou-se o valor em uso por UGC, tendo como base as seguintes premissas:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2025 foi de 11,45% a.a. a 12,28% a.a. em termos nominais (de 11,26% a.a. a 13,26% a.a. em 2025), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,7% a.a. em 2025 (3,5% em 2024).

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos “5Y Plan” e no planejamento de longo prazo da Companhia. O 5Y Plan da Companhia é um período financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números.

Após os primeiros 5 anos de fluxo, são utilizadas as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado pela administração, considerando a longevidade do fluxo analisado. Os dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da companhia.

O saldo de provisão de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$27.922, correspondente a estacas pranchas e equipamentos elétricos, conforme quadro abaixo.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos:

	Consolidado	
	2025	2024
Estacas prancha	21.664	21.664
Equipamentos elétricos - Nota explicativa nº 15	6.258	6.258
	27.922	27.922

17 Intangíveis - Consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	2025	2024
Licença de uso de software	20	2.681	2.354
Outros		44	44
		2.725	2.398

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC Industrial Hub/T-Mult mencionados na Nota explicativa nº 16 – Imobilizado.

Movimentação:

	2024	Movimentação		2025
	Custo	Adições	Efeito de provisão	Custo
<u>Custo</u>				
Licença de uso de software	8.548	945	(513)	8.980
Outros	44	-	-	44
	8.592	945	(513)	9.024
<u>Amortização</u>				
Licença de uso de software	(6.194)	(105)	-	(6.299)
	(6.194)	(105)	-	(6.299)
	2.398	840	(513)	2.725

18 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento - Consolidado

A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 25 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 31 – Instrumentos Financeiros.

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia adotou isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

As movimentações da controladora e do consolidado em 2025 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento são demonstradas nos quadros abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxa Incremental (anual) %	2024	Reajustes	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	2025
Ativos:								
Imóveis		3.449	1.007	(1.615)	-	-	-	2.842
Máquinas e equipamentos		6.422	-	(4.664)	-	-	-	1.757
Total do Ativo		9.871	1.007	(6.279)	-	-	-	4.599
Passivos:								
Imóveis		(874)	(1.062)	-	(650)	1.935	-	(651)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	281	55	-	231	-	(333)	234
Máquinas e equipamentos		(5.178)	-	-	(1.588)	5.242	-	(1.524)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	343	-	-	52	-	(328)	67
Passivo arrendamento CP		(5.429)	(1.006)	-	(1.955)	7.177	(661)	(1.874)
Imóveis		(4.076)	-	-	650	-	-	(3.426)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	643	-	-	(231)	-	-	412
Máquinas e equipamentos		(2.117)	-	-	1.588	-	-	(529)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 9,57	78	-	-	(52)	-	-	26
Passivo arrendamento LP		(5.472)	-	-	1.955	-	-	(3.517)
Total do Passivo		(10.901)	(1.006)	-	-	7.177	-	(792)
Resultado								
Amortização – Imóveis (a)		-	-	1.615	-	-	-	1.615
Amortização – Máquinas e equipamentos (a)		-	-	4.664	-	-	-	4.664
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	333	333
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos (a)		-	-	-	-	-	328	328
Resultado arrendamento (a)		-	-	6.279	-	(7.177)	661	(237)

(a) A amortização dos montantes principal e juros dos contratos de arrendamento são valores que não apresentam movimentação em caixa e são apresentadas nos ajustes dos lucros antes dos impostos na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Por sua vez, os pagamentos representam saídas de caixa durante o exercício, sendo apresentados nas atividades de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a Receber - Faturamento			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cessão do direito real de superfície:				
UTE GNA I (a)	81.138	85.124	81.145	85.132
AEWS	2.282	646	2.282	646
Vast infraestrutura	-	324	337	447
TECMA	337	-	697	-
Total de clientes – Cessão onerosa:	83.757	86.094	84.461	86.225
Serviços portuários:				
UTE GNA I	-	11	-	11
AEWS	7	-	7	-
Efen	830	218	830	218
Vast infraestrutura	-	-	-	-
Ferroport (b)	-	226	-	226
Dome Serviços Integrados	18	-	18	-
Total de clientes – Serviços Portuários:	855	455	855	455
Outros serviços:				
UTE GNA I	-	-	25	20
VAST Infraestrutura	-	-	20	5
Total de clientes – outros serviços	-	-	45	25
Total de Clientes	84.612	86.549	85.361	86.705
Provisão para Perdas - Partes Relacionadas	(447)	(261)	(551)	(267)
	84.165	86.288	84.810	86.438
Circulante	1.192	773	1.837	923
Não circulante	82.973	85.515	82.973	85.515

- (a) No último trimestre de 2025 a Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (Ferroport) teve parte de suas ações vendidas e, por este motivo, deixa de ser tratada como parte relacionada para fins de apresentação em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contas a receber - Outros				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito Nota de Débito:				
Prumo Logística	159	58	159	58
AEWS	89	197	89	197
TECMA	17	-	17	-
Reserva ambiental	599	9	-	-
Vast Infraestrutura	77	251	77	251
Ferroport	-	100	-	100
Porto de Antuérpia	-	230	-	230
Total - outros valores a receber	941	845	342	836
Créditos Venda de ativos:				
Açu Petróleo Investimentos – API (a)	707.786	649.799	707.786	649.799
Perdas estimadas com créditos na venda de ativos	(12.023)	-	(12.023)	-
Total - Venda de ativos:	695.763	649.799	695.763	649.799
Total Geral	696.704	650.644	696.105	650.635
Circulante	941	57.508	342	57.499
Não circulante	695.763	593.136	695.763	593.136

- (a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Não houve amortização da dívida. Em 2025, após a assinatura de um aditivo contratual, as partes repactuam a taxa de remuneração para 4,6473% a. a. e estabelecem um novo fluxo de amortização, com início estimado para 2026, sendo o montante deste contrato considerado como lastro na operação de Cessão de Recebível realizada entre a Companhia e a Riza Securitizadora S.A.

A API vem buscando alcançar geração de caixa suficiente para a quitação do referido passivo, cuja principal ação envolve a potencial negociação envolvendo a alienação da participação na Vast Infraestrutura S.A., além do fluxo de dividendos esperados junto a investida e medidas adicionais de fortalecimento de capital que possam viabilizar a liquidação da dívida.

Contas a pagar				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a pagar - Notas de débito				
Port of Antwerp International N. V	1.072	1.068	1.072	1.067
Prumo Logística	7.488	2.423	7.488	2.423
AEWS	309	65	311	65
Reserva Ambiental	508	482	-	-
Efen	-	2	-	2
Total - curto prazo	9.377	4.040	8.871	3.557

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Receitas - efeito no resultado			
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<u>Cessão do direito real de superfície</u>					
Efen	-	2.715	-	2.715	-
UTE GNA I	16.054	15.271	16.142	15.354	-
AEWS	1.636	3.005	1.636	3.005	-
Vast Infraestrutura	-	882	1.668	2.584	-
TECMA	3.902	-	3.902	-	-
Receita Total - Cessão do direito real de superfície	21.592	21.873	23.348	23.658	-
<u>Serviços Portuários</u>					
UTE GNA I	13.740	830	13.740	830	-
Efen	7.594	907	7.594	907	-
AEWS	7	-	7	-	-
VAST Infraestrutura	-	-	-	-	-
Ferropont	-	1.352	-	1.352	-
Dome Serviços Integrados	1.105	-	1.105	-	-
Receita Total - Serviços	22.446	3.089	22.446	3.089	-
<u>Serviços ambientais</u>					
UTE GNA I	-	-	200	184	-
Vast Infraestrutura	-	-	63	110	-
Receita Total - Serviços ambientais	-	-	263	294	-
<u>Venda de ativos atualização monetária</u>					
Açu Petróleo Investimentos	57.987	53.236	57.987	53.236	-
Total - Venda de ativos	57.987	53.236	57.987	53.236	-
Total Geral	102.025	78.198	104.044	80.277	-
		Cobranças de Notas de Débito – efeito no resultado			
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<u>Despesas:</u>					
VAST	666	-	666	-	-
GNA I	3	-	3	-	-
AEWS	274	-	274	-	-
DOMÉ	7	-	7	-	-
TECMA	1	-	1	-	-
Reserva Ambiental	1.769	-	-	-	-
Total Despesa:	2.720	-	951	-	-
<u>Custos:</u>					
VAST	51	-	51	-	-
PRUMO	38	-	38	-	-
TECMA	16	-	16	-	-
Total Custos:	105	-	105	-	-
Total Geral:	2.825	-	1.056	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Custos e Despesas – efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas:				
Port of Antwerp International N.V – Consultoria (a)	(7.231)	(8.085)	(7.231)	(8.085)
PRUMO (b)	(2.254)	-	(2.254)	-
Total Despesa:	(9.485)	(8.085)	(9.485)	(8.085)
Custos:				
Reserva Ambiental (c)	(2.685)	(2.148)	-	-
AEWS (d)	(977)	(855)	(977)	(855)
PAI (a)	(16)	-	(16)	-
Total Custos:	(3.678)	(3.003)	(993)	(855)
Total Geral:	(13.163)	(11.088)	(10.478)	(8.940)

- (a) Serviços de consultoria de gestão portuária.
- (b) Notas de débito a serem pagas referente a gastos compartilhados com pessoal e serviços entre as empresas.
- (c) Custos com serviços ambientais.
- (d) Custos com fornecimento de água.

Os montantes referentes à remuneração dos diretores estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Diretores		
Pró-labore	5.814	3.127
Bônus	6.595	6.116
Benefícios e Encargos	3.121	2.160
	15.530	11.403

20 Cessão de recebível securitizado

A Companhia celebrou junto a Riza Securitizadora S.A (“Virgo”) uma operação de cessão de recebíveis, com coobrigação, vinculados a contratos de aluguel (cessão do direito real de superfície) de longo prazo. A partir da aquisição desses direitos creditórios, a Virgo lastreou tal operação à sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, destinada a investidores profissionais, lastreando à essa emissão de debêntures os direitos creditórios cedidos pela Companhia.

No contexto da securitização com coobrigação, a entidade original que transfere os direitos creditórios assume o risco associado aos títulos emitidos pela Securitizadora, uma vez que, se houver, inadimplência nos ativos financeiros cedidos, o Cedente tem obrigação de ressarcir, no mesmo montante, a Securitizadora e, esta, por consequência, os investidores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nesse sentido, a Companhia constitui um passivo financeiro no momento inicial, refletindo a sua coobrigação em relação à Virgo sendo este passivo reduzido no decorrer da realização do contas a receber dos contratos lastreados na operação.

Os direitos creditórios cedidos tiveram os seus saldos ajustados a valor presente e em 4 de março de 2024, o saldo da dívida securitizada referente ao Contrato de Cessão, entre a Companhia e a Virgo era de R\$ 744.344.

	Vencimento	Taxa de juros (a. a):	2024	Juros e atualização	Amortizações	2025
Recebível securitizado - 1ª Série (i)	05/06/2038	CDI + 3%	208.063	36.327	(6.452)	237.938
Recebível securitizado - 2ª Série (ii)	05/06/2038	CDI + 3%	256.078	44.709	(7.941)	292.846
Recebível securitizado - 3ª Série (iii)	05/06/2038	IPCA + 6,97%	335.332	38.976	(10.221)	364.087
Total			799.473	120.012	(24.614)	894.871
(-) Custo de Transação			(11.653)	-	863	(10.790)
			(11.653)	-	863	(10.790)
TOTAL			787.820	120.012	(23.751)	884.081
Circulante			24.514	34.966	(23.751)	35.729
Não circulante			763.306	85.046	-	848.352

Os juros são classificados nas atividades de financiamentos nas informações de fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025 o custo médio de captação das debêntures securitizadas foi de 15,20% a.a. Ainda em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida securitizada referente ao Contrato de Cessão, entre a Companhia e a Virgo era de R\$884.081 (R\$787.820 em 31 de dezembro de 2024).

(i), (ii) e (iii): Até o encerramento do ano 2025, a Companhia realizou os pagamentos de amortização, seguindo o cronograma de pagamentos mensais estipulado na escritura, no montante total de R\$ 24.614.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da 1ª Emissão de Debêntures Prumo

A Porto do Açu é Fiadora, enquanto como "Intervenientes Anuentes": EIG Prumo Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, EIG LLX Holdings S.A.R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da 2ª Emissão de Debêntures Virgo

A Prumo e a Porto do Açu são Fiadoras, enquanto como "Intervenientes Anuentes": EIG Prumo Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, EIG LLX Holdings S.A.R.L, a EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As garantias prestadas no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Prumo e 2ª Emissão de Debêntures Virgo

As garantias prestadas em favor dos debenturistas são as seguintes:

- Alienação Fiduciária de Ações da Porto do Açu
- Alienação Fiduciária de Ações da Prumo
- Alienação Fiduciária das Cotas do FIP EIG
- Alienação Fiduciária de Ações da Fazenda Caruara
- Alienação Fiduciária das Cotas da Prumo Serviços e Navegação
- Alienação Fiduciária de Ativos
- Alienação Fiduciária dos Imóveis da Área do Meio da Porto do Açu
- Alienação Fiduciária dos Imóveis da Fazenda Caruara
- Carta Compromisso de Imóveis
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Porto do Açu e da Fazenda Caruara
- Cessão Condicional de Direitos Contratuais da Porto do Açu e Fazenda Caruara
- Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos FIP EIG
- Cessão Fiduciária dos Rendimentos das Subsidiárias da Porto do Açu e Prumo
- Administração de Contas
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada da Prumo
- Cessão Fiduciária de Conta Vinculada da Porto do Açu
- Compromisso de Aporte Açu Investimentos
- Alienação Fiduciária de Ações da Açu Investimentos
- Cessão Fiduciária de Conta Vinculada da Açu Investimentos
- Compromisso para Financiamento Adicional

As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% das Escrituras de Emissão de Debêntures.

Os debenturistas nomearam o Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Cláusulas restritivas (covenants)

A 1ª Emissão de Debêntures Prumo e a 2ª Emissão de Debêntures Virgo possuem covenants financeiros que devem ser medidos, posterior as demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2025 relativas a cada um dos exercícios indicados nas alíneas abaixo.

Dívida Líquida/EBITDA	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Porto do Açu	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x	3,5x

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

Os Covenants Financeiros serão calculados por meio de uma consolidação das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Porto do Açu detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Companhia em cada uma destas sociedades.

Até 31 de dezembro de 2025 todos os covenants foram devidamente cumpridos.

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos de Emissão de Debêntures da Virgo Empresa de Securitização e da Prumo Logística, os quais a Porto do Açu é fiadora, possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Dentre os eventos de vencimento antecipado não automático se incluem os limites de gastos anuais, pela Porto do Açu, em relação à Capex, OpEx e SG&A, sendo todos os limites corrigidos anualmente pelo IPCA.

Obrigações adicionais

Conforme contratos de emissão das Debêntures, os quais a Porto do Açu é fiadora, no fechamento de cada exercício social a Companhia deverá verificar a existência de excedente de saldo no caixa livre, conforme estipulado no contrato de emissão, sendo necessária a transferência desse excedente para uma conta bancária de titularidade de sua Holding Prumo Logística.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS	1.383	740	1.406	753
PIS/COFINS	17.762	16.014	17.762	16.014
ICMS	48	26	48	95
IRRF	1.439	1.282	1.445	1.285
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	563	382	566	395
INSS retido de terceiros	564	468	618	504
IPTU (a) (b)	70.006	15.712	70.006	15.712
ITR	972	1.472	972	1.472
Outros	-	33	-	34
	92.737	36.129	92.823	36.264
Circulante	5.593	4.309	5.679	4.444
Não Circulante	87.144	31.820	87.144	31.820

a) Refere-se ao reconhecimento do IPTU dos anos de 2023 (R\$ 7.484), 2024 (R\$ 8.139) e 2025 (R\$8.588).

b) Refere a cobrança adicional de IPTU, retroativo de 2025 (retornando até 2020), por revisão de base de cálculo realizada pelo poder público. O montante reconhecido de imposto é formado por:

Exercício	Valor devido
2020	R\$ 4.358
2021	R\$ 5.878
2022	R\$ 8.132
2023	R\$ 8.658
2024	R\$ 9.077
2025	R\$ 9.691
TOTAL	R\$ 45.794

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	43.052	(422.176)	43.073	(416.775)
Ajustes de Consolidação	-	-	(1.459)	(7.506)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	43.052	(422.176)	41.614	(424.281)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	(14.638)	143.540	(14.149)	144.256
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças permanentes	(2.197)	(5.072)	(1.968)	(4.986)
Créditos fiscais não reconhecidos - Diferenças Temporárias	(9.916)	23.574	(9.962)	23.578
Créditos fiscais não reconhecidos - Prej. Fiscal e Base Negativa CSLL	5.916	(159.933)	5.244	(160.739)
IR/CSLL (Lucro Presumido e Adicional 10%)	837	-	837	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(19.998)	2.109	(19.998)	2.109
Alíquota efetiva	-46,45%	-0,50%	-48,06%	-0,50%
IR e CSL Corrente	(17.889)	-	(17.889)	-
IR e CSL Diferido	(2.109)	2.109	(2.109)	2.109
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(19.998)	2.109	(19.998)	2.109

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui posições tributárias incertas relacionadas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$72.575 em 31 de dezembro de 2025 (R\$72.518 em 31 de dezembro de 2024), que atualmente estão em discussão na esfera administrativa. Com base na legislação tributária aplicável e na avaliação da Administração, é considerado mais provável que o entendimento da Companhia prevaleça em relação a esses assuntos. Ainda que tal posição não venha a ser aceita pelas autoridades fiscais, eventual decisão desfavorável não resultaria em desembolso de caixa nem produziria efeitos nas demonstrações financeiras, uma vez que a controvérsia se refere a prejuízos fiscais acumulados que não estão reconhecidos contabilmente. Assim, nenhuma responsabilidade adicional foi reconhecida em relação a essas incertezas. O valor é relacionado como um processo tributário de prognóstico possível e é contido no quadro apresentado na nota explicativa 23b.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dragagem	2.388	2.631	2.388	2.631
Desapropriação de Terrenos	398	169	475	197
Serviços de Implantação e Infraestrutura (i)	14.393	4.397	15.351	4.582
Serviços Operacionais (ii)	26.293	18.836	26.832	19.170
Serviços Administrativos e de TI (iii)	12.605	10.262	13.547	10.635
Outros	5.035	4.191	5.246	4.262
	61.112	40.486	63.839	41.477
Circulante	61.112	40.486	63.839	41.477

- (i) Em 2025 a Companhia contratou serviços de execuções de terraplanagem a serem realizados em 2026 no montante de R\$4.840 (em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Passivo gerado pela compra de galpão lonado a ser instalado nas dependências portuárias no valor de R\$10.900 em 31 de dezembro de 2025.

A expectativa para cumprimento de todas as obrigações com fornecedores é apresentada no quadro a seguir:

Aging list contas a pagar em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
A vencer	60.474	62.827
A vencer em até 30 dias	275	290
A vencer entre 2 e 6 meses	305	642
A vencer entre 7 meses e 1 ano	58	80
Total	61.112	63.839

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Por outro lado, a expectativa em 31 de dezembro de 2024 se apresentava conforme quadro abaixo:

Aging list contas a pagar em 31 de dezembro de 2024:	Controladora	Consolidado
A vencer	17.328	18.141
A vencer em até 30 dias	10.428	10.515
A vencer entre 2 e 6 meses	12.663	12.754
A vencer entre 7 meses e 1 ano	67	67
Total	40.486	41.477

23 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	2024	Adição	Reversão	Atualização monetária
Trabalhistas (a)	1.546	70	(569)	(15)
Cível (b)	12.713	6.892	(6.332)	2.060
	14.259	6.962	(6.901)	2.045
				16.365

- (a) **Ações Trabalhistas:** R\$1.032 (R\$ 1.546 em 31 de dezembro 2024) relacionado a diversas reclamações trabalhistas, em sua maioria ajuizada em face de subcontratados da Companhia.
- (b) **Ações Cíveis:** R\$ 12.391 (31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024) em virtude de ação judicial referente a celebrada com a SPU visando suspender a exigibilidade das obrigações constantes do Contrato de Adesão entre Porto do Açu e União e R\$ 2.942 (501 em 31 de dezembro de 2024) que se refere à provisão de pagamento de indenização complementar em processos de desapropriação oriundos da criação do Distrito Industrial de São João da Barra, nos quais a Companhia vem realizando os pagamentos em decorrência dos contratos celebrados com a CODIN. No decorrer de 2025 foi formalizado acordo de pagamento no valor de R\$8.500 para liquidação da ação judicial proposta pela Mecanorte no valor contingenciado de R\$13.133 (R\$12.212 em 31 de dezembro de 2024).

c. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fiscais	83.018	82.262	91.151	94.015
Trabalhistas	9.082	4.859	9.082	4.859
Cíveis	41.110	50.886	41.110	50.886
	133.210	138.007	141.343	149.760

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$ 72.575 (R\$ 72.518 em 31 de dezembro de 2024); (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural ("ITR") valor de R\$ 9.237, destacando o valor na área da Fazenda Caruara R\$8.072 (R\$ 11.697 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R\$ 9.278 na Porto do Açu, além de R\$ 61 na Fazenda Caruara (R\$8.588 em 31 de dezembro de 2024).

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, ações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intineres", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas, totalizando o montante aproximado de R\$ 9.082 (R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2024).

Processos cíveis: O valor total de R\$ 41.110 (R\$ 50.886 em 31 de dezembro de 2024), decorre de ações cíveis gerais, ações de desapropriação e ações de natureza ambiental, conforme descrito abaixo:

- **Ações cíveis gerais:** em sua maioria indenizatórias, relacionadas a contratos celebrados entre a Companhia ou suas controladas e prestadores de serviços. A melhor estimativa para esses casos soma um montante consolidado de R\$ 17.667 em 31 de dezembro de 2025 (29.907 em 31 de dezembro de 2024).
- **Ações de desapropriação:** Em 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu início à implementação do Distrito Industrial de São João da Barra, sendo necessária, para tanto, a desapropriação de imóveis localizados na área.

Em 2010, a Companhia celebrou com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), ente da estrutura estatal fluminense, Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, por meio da qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos judiciais em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos, discute-se exclusivamente o valor justo da indenização a ser paga aos antigos proprietários. Neste contexto, os valores inicialmente depositados em juízo pela CODIN para fins de indenização conferem parcial proteção financeira à Companhia, no entanto, a depender do resultado de cada processo, pode ser necessária a complementação dos referidos valores, motivo pelo qual os assessores legais da Companhia entendem e classificam com prognóstico de perda possível. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2025, o valor estimado de complementação em processos com sentença já prolatada pelo Poder Judiciário totaliza uma perda possível de R\$ 23.443 (R\$ 20.979 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Processos ambientais: são ações civis públicas ou ações individuais ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais decorrentes da construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Acionistas	2025		2024	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	4.823.302	98,99	4.823.302	98,99
PAI Invest N.V.	49.048	1,01	49.048	1,01
	4.872.350	100,00	4.872.350	100,00

Em 26 de agosto de 2024 se realizou reunião de Assembleia Geral Extraordinária onde se decidiu pela redução do capital da Companhia por se entender que era excessivo em relação ao seu objeto social. Foi restituído a Prumo Logística S.A o montante de R\$ 3.598 e a PAI Invest N.V. o montante de R\$ 38. Não ocorreu mudança na quantidade de ações.

Em 3 de setembro de 2025 se realizou reunião de Assembleia Geral Extraordinária onde se decidiu pela redução do capital da Companhia por se entender que era excessivo em relação ao seu objeto social. Foi restituído a Prumo Logística S.A o montante de R\$ 32.013 e a PAI Invest N.V. o montante de R\$ 326. Não ocorreu mudança na quantidade de ações.

b. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício atual considerando a absorção de prejuízos acumulados. Em exercício comparativo, devido ao prejuízo apurado, não houve dividendos a distribuir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d. Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelos investidores que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço dos investidores em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. São também ganhos nas variações percentuais com empresas investidas. As reservas de capital podem ser utilizadas para: (i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital, e; (v) pagamento de dividendo cumulativo.

25 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel do retro área e serviços portuários. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos aos fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta - Gerais				
Cessão direito real de superfície	246.830	212.647	247.932	213.186
Serviços portuários (a) (b)	422.558	305.606	422.558	305.606
Serviços ambientais	-	-	2.248	920
Outros	3.495	-	3.840	-
Total receita bruta - Gerais	672.883	518.253	676.578	519.712
Receita bruta - Partes Relacionadas				
Cessão direito real de superfície	21.592	21.873	23.348	23.658
Serviços portuários (b)	22.446	3.089	22.446	3.089
Serviços ambientais	-	-	263	294
Total receita bruta - Partes Relacionadas	44.038	24.962	46.057	27.041
Total Geral Receita Bruta	716.921	543.215	722.635	546.753
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(76.451)	(55.641)	(77.040)	(55.991)
Receita líquida	640.470	487.574	645.595	490.762

(a) Compõe a receita bruta sobre a prestação de serviços de reformas, manutenção e movimentação de plataformas da Petrobras. Em 2025 foram reconhecidas receitas no montante de R\$138.409 (R\$60.649 em 2024).

(b) Em 2025 foram executados serviços de consultoria e gestão para a execução das dragagens nas dependências das UTE GNA I e UTE GNA II. O montante reconhecido de receita em função desses serviços foi de R\$13.722 para a UTE GNA I e R\$17.465 para a UTE GNA II.

Os contratos ativos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26 Custos dos serviços prestados

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	(47.968)	(40.623)	(48.134)	(40.729)
Bônus (a)	(9.147)	(7.002)	(9.147)	(7.002)
Serviços de terceiros	(77.024)	(65.774)	(83.060)	(71.348)
Depreciação e amortização	(145.204)	(155.350)	(145.675)	(155.810)
Aluguéis	(12.511)	(6.064)	(12.727)	(6.148)
Amortização direito de arrendamento	(4.664)	(6.580)	(4.664)	(6.609)
Seguros diversos	(2.836)	(2.846)	(2.836)	(2.846)
Serviços portuários	(28.607)	(7.671)	(28.607)	(7.671)
Partes relacionadas	(3.573)	(3.003)	(888)	(855)
Custos diversos	(8.532)	(4.332)	(8.764)	(5.123)
	(340.066)	(299.245)	(344.502)	(304.141)

Para a formação do valor do bônus pagos aos colaboradores e aos estatutários são considerados métricas, de áreas e individuais. Como métricas corporativas se incluem, por exemplo, o EBITDA anual.

27 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	(45.321)	(42.626)	(45.321)	(42.630)
Bônus (a)	(19.200)	(16.553)	(19.200)	(16.553)
Serviços de terceiros	(44.291)	(42.792)	(44.458)	(42.880)
Partes relacionadas	(6.765)	(8.085)	(8.534)	(8.085)
Viagens e estadias	(2.792)	(2.022)	(2.792)	(2.022)
Aluguéis e arrendamentos	(1.232)	(1.506)	(1.230)	(1.506)
Provisão contingência cível	2.598	(122)	2.598	(122)
Impostos e taxas	(17.471)	(10.872)	(18.055)	(11.381)
Depreciação e amortização	(3.122)	(9.405)	(3.148)	(3.867)
Provisão de contingências trabalhistas	23	499	499	(20)
Amortização direito de arrendamento	(1.615)	(1.206)	(1.615)	(1.206)
Licença de uso de software	(3.940)	(4.070)	(3.940)	(4.070)
Publicidade	(1.603)	(1.496)	(1.561)	(1.523)
Despesas diversas	(6.369)	(5.375)	(6.380)	(5.379)
	(150.624)	(146.150)	(153.137)	(141.244)

Para a formação do valor do bônus pagos aos colaboradores e aos estatutários são considerados métricas, de áreas e individuais. Como métricas corporativas se incluem, por exemplo, o EBITDA anual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28 Outras despesas operacionais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Baixa de ativos por vendas	(292)	-	(304)	-
Baixa de ativos por doação	(226)	(1.406)	(733)	(1.406)
Despesas tributárias municipais (a)	21b (36.104)	-	(36.104)	-
Indenizações pagas (b)	23b (8.500)	-	(8.500)	-
Contingências não operacionais (c)	23b (6.038)	-	(6.038)	-
Doações e patrocínios	(433)	-	(433)	-
Baixa de clientes incobráveis	(268)	(35)	(268)	(35)
Outras despesas	-	(105)	-	(107)
	(51.861)	(1.546)	(52.380)	(1.548)

- (a) Parte de IPTU cobrado referente aos exercícios de 2020 a 2024 conforme apresentado na nota explicativa 21 letra b.
- (b) Acordo de pagamento de indenização referente ao processo Mecanorte conforme apresentado na nota explicativa 23b
- (c) Contingência SPU conforme apresentado na nota explicativa 23b.

29 Resultado financeiro

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(169)	(313)	(342)	(486)
Corretagem e comissões	(2.694)	(6.623)	(2.694)	(6.623)
Juros sobre empréstimos (a)	-	(122.502)	-	(122.502)
Juros e atualização monetária Securitização (b)	20 (120.013)	(75.263)	(120.013)	(75.263)
Juros sobre arrendamentos	18 (661)	(1.097)	(661)	(1.097)
Atualização monetária sobre contingência	23 (2.045)	(475)	(2.045)	(475)
Atualização monetária (c)	-	(34.637)	-	(34.637)
Amortização de custo de transação - securitização	20 (863)	(742)	(863)	(742)
Amortização de custo de transação - empréstimo	-	(193.012)	-	(193.012)
Despesas financeiras – liquidação da dívida	-	(59.840)	-	(59.840)
Liquidação Dívida – Fee (d)	-	(59.010)	-	(59.010)
Outras despesas financeiras	(6.050)	(7.483)	(6.075)	(7.489)
	(132.495)	(560.997)	(132.693)	(561.176)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	17.558	4.050	17.583	4.050
Atualização monetária Downpayment GNAlI	3.606	-	3.606	-
Juros ativos	521	186	522	201
Juros s/ depósitos judiciais	11 3.445	3.251	3.445	3.251
Atualização monetária - partes relacionadas	19 57.987	53.236	57.987	53.236
Atualização monetária - venda de controlada	832	-	832	-
Outras receitas financeiras	570	2.649	570	2.650
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.856)	(1.971)	(2.855)	(1.971)
	81.663	61.401	81.690	61.417
Resultado financeiro	(50.832)	(499.596)	(51.003)	(499.759)

- a) Juros sobre empréstimos de R\$ 91.263 com BNDES e R\$ 31.239 sobre Debêntures em 31 de dezembro de 2024.
- b) Juros e atualização monetária sobre a operação de securitização com a empresa VIRGO.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- c) Atualização monetária sobre Debêntures
- d) Pagamento de *Fees* (“taxas”) aos Bancos Bradesco e Santander na operação de liquidação da dívida.

30 Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente podem diluir o lucro e, devido a isso, o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	2025	2024
Lucro Líquido (prejuízo) dos exercícios	23.075	(414.666)
Quantidade média ponderada de ações em circulação (nota explicativa 24a)	4.872	4.872
Lucro (Prejuízo) básico por ação – em R\$	0,01954	(0,48020)

Como não há diluidores dos lucros apurados o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico reconhecido.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas de curto e longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

				2025		2024	
	Nota	Categoria / Mensuração	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos							
Caixa e bancos	6	custo amortizado	-	4.683	4.683	1.124	1.124
Aplicações financeiras	6	Valor justo	Nível 1	173.244	173.226	73.838	73.831
Caixa restrito – Operação Virgo	6	custo amortizado	-	2.218	2.218	2.000	2.000
Clientes	7	custo amortizado	Nível 1	315.219	312.178	283.226	281.096
Depósitos bancários vinculados	6	custo amortizado	-	3.450	3.450	3.428	3.428
Depósitos restituíveis	10	custo amortizado	-	47.853	47.853	51.396	51.396
Créditos a receber	19	custo amortizado	-	696.105	696.105	650.635	650.635
Debêntures - DIP (*)	12	Valor justo	Nível 2	688.646	1.553.701	688.646	1.553.701
Créditos com terceiros	13	custo amortizado	-	68.682	68.682	68.682	68.682
Contas a receber gerado em venda de controlada		custo amortizado	-	-	-	3.565	3.565
				2.000.100	2.862.096	1.826.540	2.689.458
Passivos							
Fornecedores	22	custo amortizado	-	63.839	63.839	41.477	41.477
Cessão de recebível securitizado	20	custo amortizado	-	884.081	894.871	787.820	799.473
Outros passivos financeiros	19	custo amortizado	-	8.871	8.871	3.557	3.557
Adiantamento de clientes		custo amortizado	-	350	350	627	627
Passivo de arrendamentos	18	custo amortizado	-	5.391	5.391	10.901	10.901
				962.532	973.322	844.382	856.035

(*) valor justo apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo exercício.

A operação de securitização é mensurada ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$ 894.871 em 31 de dezembro de 2025, mantendo o próprio custo da dívida atual, pois não há base de comparação no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

As mensurações de valor justo reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas são agrupadas em níveis, baseadas no grau em que cada valor justo é observável. Para ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Riscos de Mercado

(i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia. Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa número 20 - Cessão de recebível de securitizado, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, 100% do montante da dívida securitizada da Companhia estava associada aos índices de moedas locais, sendo 40,69%% corrigidos pelo IPCA e 59,31% pelo CDI.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas essencialmente pelo IGP-M ou pelo IPCA e os recursos financeiros estão aplicados em um fundo, do banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como CDI e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de hedge para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%, e os incrementos em relação ao caso base.

O cálculo de sensibilidade foi feito com base nas projeções do relatório Focus, do Banco Central, para todas as dívidas da Porto do Açu.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Séries CDI	1.189.602	1.178.349	207.491	203.586	451.878	444.062
Série IPCA	632.581	643.004	36.974	13.789	76.542	27.301
Total	1.822.184	1.821.352	244.465	217.375	528.420	471.362

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2025 e foram disponibilizadas até 2029. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
Selic (%a.a.)	15,00	12,25	10,50	9,88	9,50
IPCA (%a.a.)	4,31	4,04	3,80	3,50	3,50

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures securitizadas e corrigidas pelo IPCA e CDI, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2033, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

Banco	Rating (Fitch)
Banco Bradesco S.A.	AAA Nacional
Banco Santander Brasil S.A.	AAA Nacional
Caixa Econômica Federal	AAA Nacional

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Consolidado - 31/12/2025					Total
Nota		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros							
Fornecedores	22	63.839	-	-	-	-	63.839
Cessão de recebível securitizado	20	13.521	13.954	87.147	433.068	1.274.494	1.822.184
Outros passivos financeiros		8.871	-	-	-	-	8.871
Passivo de arrendamento	18	899	975	1.139	2.378	-	5.391
Adiantamentos de clientes		350	-	-	-	-	350
Outras obrigações		380	-	-	-	484	864
Total por faixa de prazo		87.860	14.929	88.286	435.446	1.274.978	1.901.499

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2024. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

		Consolidado - 31/12/2024					Total
Nota		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros							
Fornecedores	22	41.477	-	-	-	-	41.477
Cessão de recebível securitizado	20	11.765	12.677	27.011	337.789	1.432.108	1.821.350
Outros passivos financeiros		3.557	-	-	-	-	3.557
Passivo de arrendamento	18	2.296	3.334	2.306	2.599	366	10.901
Adiantamentos de clientes		627	-	-	-	-	627
Outras obrigações		-	-	-	-	484	484
Total por faixa de prazo		59.722	16.011	29.317	340.388	1.432.958	1.878.396

32 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

A companhia reconhece como eventos não caixa que são presentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa:

- Movimentos diversos de ativos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Valor líquido contábil	16	3.516	13.492	3.953	14.450
Lucro (prejuízo) na alienação de imobilizado		(2.829)	1.094	(2.762)	1.241
Investimento em coligadas com transferência de ativos (a)		-	(13.153)	-	(13.153)
		687	1.433	1.191	2.538

(a) Em 2024 foi feita integralização de capital na AEWS por meio de transferência de propriedade de ativos.

- A coligada AEWS distribuiu dividendos mínimos obrigatórios e adicionais no montante de R\$2.330 referente aos seus resultados apurados do ano de 2024. Em 2025 foi decidido pela retenção dos lucros então distribuídos. Como efeito o montante ora distribuído foi reinvestido na AEWS. Vide nota explicativa 14 (c) (a).
- Em 2025 a Companhia incorreu em atualizações monetárias de ativos e passivos de arrendamento no montante de R\$ 1.007. Vide nota explicativa 18(a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as coberturas de seguros eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado ^(a)	
	2025	2024	2025	2024
Riscos operacionais - Danos materiais	100.002	110.390	107.002	117.390
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	388.834	415.652	392.334	419.152
Lucros cessantes	547.489	346.769	547.489	346.769
	1.036.325	872.811	1.046.825	883.311

- (a) Ainda que não ocorra a consolidação do balanço da AEWS foram considerados os valores dos seguros desta sociedade por ela ser participante do grupo Porto do Açu e da rubrica se tratar de cobertura de seguros aplicáveis a todas as empresas que contém apólices.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

* * *

Composição de Diretoria

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Presidente

Marcelo Chaladovsky
Diretor Financeiro

Vinícius Patel
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes
Diretora Jurídica

João Paulo Braz
Diretor Comercial e de Terminais

Bernardo Duarte
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 112.921/O-7